

ESTADO E SOCIEDADE CIVIL EM ANGOLA: REFLEXÕES CRÍTICAS DE UM INTELLECTUAL

PROF. DR. SILVIO DE ALMEIDA CARVALHO FILHO*

Estudar a relação entre as obras de um dos maiores intelectuais angolanos, Pepetela, e a história de seu país, é uma tarefa instigante e promissora, na medida em que elas são, em grande parte, narrativas que registram realidades do passado, interpretando-as. Por isso, os historiadores têm que admitir que, em determinados momentos e assuntos, “a literatura possa ser [também] considerada como uma leitora privilegiada dos acontecimentos históricos”. A partir dessa inferência inicial, podemos afirmar que os três livros por nós escolhidos, *Mayombe*, *O Cão e os Caluandas* e *Desejo de Kianda*, são verdadeiras metaficções historiográficas. Mas, o que chamamos por metaficção historiográfica? É um romance, altamente auto-reflexivo, que se apropria de maneira paradoxal de fatos e personagens ou tipos históricos, ensejando uma releitura crítica do passado sobre a ótica do presente, durante o qual foi escrito. Em *Pepetela*, às vezes, tal é a proximidade que o presente da escritura se entrelaça com a do enredo (MENDONÇA & ALVES: 10, 2, 4, 7; CARREIRA, 2001).

Essas obras foram escritas durante o período de emergência do afro-pessimismo, quando a África Negra, já enfraquecida do ponto de vista econômico e financeiro desde os fins da década de 1970, tornou-se mais ainda com o desaparecimento da Guerra Fria (1989). A região ficou cada vez mais submetida às condições infligidas pelos investidores estrangeiros e aos programas de ajuste estrutural impostos pelo FMI. Apesar de colocarem várias exigências, esses investidores foram na prática, laxistas em relação à mudança das relações de dominação/subordinação existentes.

As críticas de Pepetela à atuação da burocracia estatal e da sociedade civil em Angola, observadas nas obras escolhidas para análise, confirmam a tese de Jean-François Bayart, pesquisador do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) e *Centre d'Études e de Recherches Internationales* (CERI) na França, de que há uma criminalização do Estado na África, envolvendo prevaricadores, corruptos e autocratas,

* Professor Associado III do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisador do Programa de Pós-Graduação em História Comparada. Pós-Doutorado (Centro de Estudos Africanos/ISCTE/Portugal)

a formação de clientelas, uma luta agônica, a miúdo, violenta contra os opositores ou a cooptação venal desses.

A crise econômica da década de 1980 foi mais forte na África Subsaariana que em outros locais, fazendo com que perdesse sua competitividade nos mercados internacionais, ocorrendo, com exceção do petróleo, uma diminuição de sua participação nas exportações mundiais e marginalização da região em termos das relações internacionais. Contudo, a desqualificação da África nos mercados legais não significa sua desconexão, já que o continente permanece fortemente integrado, apesar de dependente e endividado com os desenvolvidos. As importações possuem um enorme peso no setor informal que os comercia internamente (BAYART, ELLIS, HIBOU, 1997:17-25; BAYART, 1997:9).

Após 1980, a questão da detenção do poder político como forma de acumulação econômica possui novas condições criadas pela restauração de regimes autoritários, pelo apodrecimento da situação econômica e financeira, pela perda de soberania dos Estados, pela multiplicação dos conflitos armados regionais. Aproveitando-se disso, surge uma internacionalização de uma delinquência instituída. Seus agentes, organizados em escala nacional, possuem uma influência patente no seio de vários Estados.

Em vários países da África Subsaariana, houve uma continuidade, e mesmo uma generalização da guerra em regiões onde ela prevalecia há várias décadas, o que trouxe uma proliferação e mercantilização das armas de fogo, modificando as representações tradicionais de valorização da pessoa e da vida. Para Bayart, a existência concomitante de guerras com a formação do Estado Pós-Colonial em África facilitou as atividades econômicas ilícitas. Em Angola, não foi diferente. (BAYART, ELIS, HIBOU, 1997: 22-23, 27; BAYART, 1997:12)

O acordo de paz de Bicesse em 1991, entre os movimentos opositores em luta pelo poder - a UNITA e o MPLA -, trouxe um período de relativa paz a Angola e previu as eleições livres, democráticas multipartidárias em 1992, fornecendo a ambiência dos dois primeiros capítulos de *O Desejo de Kianda*. Apesar da paz, o fenômeno bélico contínuo em Angola desde o início da guerra colonial em 1961 e persistente na guerra civil desencadeada até 2002, repercutiu no cotidiano emocional das pessoas fato demonstrado na ficção. O personagem de *O Desejo de Kianda*, João Evangelista, em sonho, perguntou-se porque havia tantos soldados e mortos se a guerra findara! E

alguém, nesse estado onírico, questionou-o se ela acabara mesmo. Na verdade, profetizou no enredo o que se presenciaria no contexto: a guerra realmente não terminara! Após as eleições de 1992, sendo vitorioso o MPLA, a UNITA não aceitou os resultados e a guerra civil retomou. A ação dos homens da UNITA a ocupar, durante meses, de forma camuflada, as capitais municipais e, depois, a “perseguirem os administradores e os simpatizantes” do MPLA, “vencedor das eleições”, assim como o famoso massacre de Luanda de 1992 abrem o terceiro capítulo desse livro de Pepetela (PEPETELA, 1995: 49-51, cf. 41). A personagem Carmina, uma burocrata do MPLA, via na reativação do conflito uma forma de enriquecer: entrar no comércio ilegal de armas, um das expressões da criminalização do Estado em África. Ela notifica-nos o embargo internacional à compra de armas por qualquer dos dois movimentos angolanos, a UNITA e o MPLA, provavelmente os estipulados pelos Acordos de Bicesse e, depois, em 1993, pelo Conselho de Segurança da ONU. Portanto, o governo eleito desse momento não poderia se armar para enfrentar o primeiro “que guardou ilegalmente todo o seu poderio militar”. Carmina arrumou uma solução para ludibriar essa proibição: empresas privadas angolanas comprariam material bélico de outras firmas em países não produtores de armas, repassando-as ao Governo do MPLA. Por tal tarefa “patriótica”, ganharia uma comissão de centenas de milhares de dólares, podendo essa propina ser transferida para paraísos fiscais. Já dentro de uma mentalidade capitalista, a quase ex-marxista Carmina defendeu-se da acusação moral de seu marido, para o qual esses “negócios [eram] sujos”, afirmando que numa economia de mercado, a “ética” era outra e tinha “a legitimidade” de “três séculos” (PEPETELA, 1995: 57-59; PONTOS, sd.). De qualquer modo, a referência constante à guerra, à corrupção e outros fenômenos a elas correlatos, indiciam claramente a existência de imbricações no contexto ficcional entre as mesmas, mesmo que o autor não as interligue nessa obra. Há aí claramente uma sinergia de fatores favoráveis que indicia a criminalização não-ficcional do Estado angolano.

O romance *Mayombe*, escrito em 1970/1, já quinze anos antes da independência, criticava contundentemente os abusos de poder cometidos por alguns dirigentes do MPLA, na guerrilha em luta contra a colonização, defendendo a necessidade do exercício da crítica interna e da autocrítica, como uma salutar defesa contra “burocratismo” e o autoritarismo, *práticas que se tornarão protetoras da corrupção do*

Estado pós-colonial. O livro expunha uma contradição entre a teoria e a práxis: os dirigentes e guerrilheiros do MPLA falavam tanto da participação democrática das massas, mas escondiam dessas as críticas circulantes nas esferas dirigentes do movimento, donde, a proposta dos personagens de que essas não fossem obrigatoriamente encerradas em círculos fechados. Havia, então, em Pepetela, um crédito para com a nação socialista de cunho democrático, concepção política fundamentada no acesso à informação e na possibilidade dos governados controlarem a ação dos governantes (PEPETELA, 1982:118-9). Entretanto, a prática no após a independência nem sempre se daria assim.

Propondo a estratégia de cariz socialista de cooperação entre o bloco operário-camponês e a pequena burguesia revolucionária e objetivando evitar o surgimento de uma burguesia não-revolucionária com influência nas estruturas políticas e partidárias, o MPLA erigiu, como inimigo interno número um, esse último segmento social. Apesar dos cuidados, tendências de aburguesamento do funcionalismo foram denunciadas, no início de 1976, pela Revolta Ativa, facção do MPLA surgida em 1974, pela Organização dos Comunistas Angolanos (OCA), um grupo esquerdista formado nos musseques luandenses, assim como pelo Golpe Nitista, em agosto e dezembro de 1977 (ALVES, 1976:133; RAMOS, 10/09/1983:32). Parecia cumprir-se infelizmente a profecia weberiana de que o movimento socialista tinha maiores probabilidades de produzir uma ditadura da burocracia do que a do proletariado.

Contudo, pouco tempo após a tentativa dos nitistas, o Comitê Central do MPLA admitia que certos setores da pequena burguesia, alocados no aparelho estatal e partidário, em virtude da falta crônica de quadros, exacerbada pelas perdas sofridas durante aquele Golpe, tentavam manter seus privilégios, apoderando-se dos cargos de liderança. De fato, ante a ausência de mão-de-obra qualificada, elementos da pequena-burguesia alfabetizada, tais como pequenos comerciantes, proprietários de pequenas firmas de pesca e funcionários públicos, conseguiram ser admitidos nas estruturas de base do MPLA. De tal forma a mentalidade burguesa instaurava-se nos funcionários estatais ou partidários que, em novembro de 1977, Lúcio Lara, membro do Bureau Político e Secretário do Departamento "Organização" do Comitê Central, advertia-os para não adotarem uma atitude superior de caráter burguês frente aos operários e camponeses com baixa escolaridade. Em meados de 1978, esse mesmo

dirigente constatava que uma parte da pequena burguesia letrada, essencialmente burocrática, já detinha as rédeas do poder, desejando tornar-se uma classe dirigente. O comportamento burguês da burocracia estatal e partidária bem como de alguns intelectuais constituía uma ameaça à instauração de uma nação socialista. Aliás, profeticamente, no início da década de 1970, antes da tomada do poder estatal pelo MPLA, Pepetela, em *Mayombe*, já antevira a ocorrência destes problemas, discutindo a dificuldade encontrada pelos intelectuais, ainda durante a guerrilha, em se libertarem da mentalidade burguesa (PEPETELA 1982, p. 83; LARA, 1978, p. XIII).

A denúncia do desenvolvimento de um pensamento pequeno-burguês e do desvio na construção de uma nação socialista tornou-se mais acre, na literatura, especialmente com o aparecimento das obras *Quem me dera ser onda* de Manuel Rui e *O Cão e os Caluandas* de Pepetela, respectivamente publicadas em 1982 e 1985. Um personagem desse último livro exemplifica essa crítica: Tico, por ter o “segundo ano do Liceu” e ter publicado um poema no jornal, passou a se considerar um intelectual e a julgar desmerecedor, para si, o trabalho manual ou a atividade bélica, mesmo que essa fosse em defesa do regime frente os ataques dos outros movimentos inimigos do MPLA (PEPETELA, 1985:12; LABAN, s. d., v. 1:176; MATA, 1990:8). Auscultava-se, também, de alguns burocratas de mentalidade pequeno-burguesa, o desencanto, mesmo que secreto, com o princípio de dar "*todo o poder à classe operária*" (PEPETELA, 1985:48).

Apesar da literatura, publicada em jornais angolanos na passagem da década de 1970 para a de 1980, afirmar que, em Angola, não havia vantagens especiais para a pequena burguesia, alguns escritores, como Pepetela, denunciavam a existência dessas. Condenava-se a ostentação de prerrogativas, peculiares ao período colonial, por parte de autoridades nacionais e dos diretores de fábricas estatais, qualificando-os como pequeno-burgueses. A preocupação de alguns ex-revolucionários em conseguir o seu próprio enriquecimento pessoal era enquadrada como uma negação dos ideais socialistas. Todas estas críticas confirmavam-se pelos privilégios, no setor habitacional, gozados pelos altos funcionários do Partido e do Governo. As antigas e luxuosas casas dos bairros luandenses de Alvalade, Prenda e Miramar eram, por volta do início da década de 1980, usufruídas pelos principais líderes, numa espécie de "*novo-riquismo*"

(PEREZ, André. 19/8/1979:2; PEPETELA, 1985:44, 108, 112, 115; MELO, 1985:46; EXPRESS, 7/11/1981: V) .

Em *O Cão e os Caluandas*, por volta do início da década de 1980, um personagem questionava o acesso exclusivo usufruído pelos altos dirigentes governamentais, partidários das organizações de massas, militares e sindicalistas, às lojas especiais. Essas eram mais bem abastecidas, até de produtos estrangeiros, cujos similares, nas "Lojas do Povo", não apenas eram racionados, escassos ou inexistentes, mas também de pior qualidade. Muitos angolanos estavam procurando entrar e ascender dentro do partido em busca do acesso a essas regalias. Assim, Pepetela expressava os ressentimentos da população mais pobre, consciente de que a burocracia não era afetada pelas suas carências PEPETELA, 1985, 144; SOMERVILLE, 1986:60-1; EXPRESS, 7/11/1981:V; EXPRESSO, 10/9/1983:34. A burocracia atribuía-se direitos particulares, que seriam questionados caso as práticas democráticas se expandissem.

Nesse livro, denunciavam-se os esquemas de corrupção dentro do aparelho burocrático ou no gerenciamento das fábricas, inclusive para a obtenção de comida mais farta e barata. Nesse intento, o escritor imaginara um burocrata que conseguia semanalmente duas caixas de cerveja de um funcionário de uma cervejaria como benesse por ter obtido para esse a permissão de enviar mensalmente dinheiro para sua mãe em Portugal. Condenou, também, a ilegal utilização privada de equipamentos públicos, realizada por parcela da burocracia para si ou para os seus amigos ou apadrinhados. Como admitir, por exemplo, que um motorista de uma fábrica estatal pudesse ir à praia, aos domingos, com o ônibus da firma, destinado ao transporte dos operários? Sua ficção concebia que a burocracia declarasse bens e equipamentos públicos como irremediavelmente estragados para vendê-los a preços baixíssimos a amigos, ganhando, com isso, uma propina. Este era um dos "esquemas" de corrupção (PEPETELA, 1985:19-22; 63, 81-2, 84, 111, 115).

Assinalava, também, a existência de fiscais que se deixavam perverter, permitindo que lojas particulares vendessem acima do tabelamento legal. Descrevendo os "esquemas" de troca de favores, demonstrava que a burocracia podia obter bens alimentícios, vestimentas e eletrodomésticos, em maiores quantidades, não enfrentando filas, numa sociedade de bens escassos e racionados. Tal era a corrupção que Pepetela qualificava, ironicamente, o regime que se tentava implantar em Angola como

"socialismo esquemático". Com essas críticas, via essa putrefação moral como um desvio do processo revolucionário pelo qual lutaram. Então, questiona: poderíamos chamar esses novos burocratas de representantes de um socialismo revolucionário (PEPETELA, 1985:20, 23, 151; EXPRESSO, 10/9/1983:32)?

A privatização radical do Estado, observada em Angola nos enredos das obras citadas, constituiu, para Bayart, um dos aspectos da chamada criminalização do Estado, ocorrida em África, e uma de suas expressões encontra-se na imbricação entre as posições do poder e as de acumulação de capital. Essa já se achava presente sob o sistema colonial, pelo menos, após 1930, e continuava dentro dos movimentos nacionalistas na gestão dos Estados pós-coloniais, tornando-se, alguns, desde as décadas de 1970 ou 1980, verdadeiras cleptocracias, praticantes de uma verdadeira economia de "pilhagem". A corrupção não é um fenômeno especificamente africano, mas aparece nesse continente de forma exacerbada. A partir da análise de algumas obras de Pepetela, fica claro que essas práticas e estruturas ocorrem também em Angola. No início da década de 1990, o narrador de *O Desejo de Kianda*, podia, com naturalidade, informar-nos que a obtenção de uma moradia era, muitas vezes, um privilégio conseguido através de conhecimentos dentro da burocracia estatal ou partidária, assim como muitos bens adquiridos por organizações públicas eram apropriados privadamente por aqueles que, nessas, ocupavam cargos, ou que veículos de repartições públicas poderiam ser utilizados privadamente por parentes de burocratas. Ademais, denuncia, sem muito estranhamento, que membros da burocracia poderiam abiscoitar, de uma instituição pública, um local gratuito para uma festa particular bem como dinheiro para subvencionar alguns gastos dessa. Comentava, ironicamente, a realização por uma burocrata de uma viagem ao exterior a título de interesse público, mas que, na realidade, servia a negócios particulares e a turismo pessoal. Honório, outro personagem, indiciava a perversão na polícia de Luanda, não esperando que protegesse o patrimônio dos cidadãos nos escombros de um dos prédios desmoronando, mas sim que o roubasse. Não havia, portanto, confiabilidade no poder da polícia do Estado para garantir os direitos individuais BAYART, 1997:10; BAYART, ELIS, HIBOU, 1997:26; PEPETELA, 1995: 9, 12-3, 42.

A crítica à ineficiência da burocracia, que tanto preocupara o Comitê Central do MPLA em meados de 1982, irá pulular em *O Cão e os Caluandas*. Mofava-se dos

agentes legais do sistema que, "em nome do interesse geral", desperdiçavam "meios e mobilizavam estruturas" por "pequenas questões do dia-a-dia" (PEPETELA, 1985:46; ÁFRICA, 1986: 37).

Lembrava-se, com o passar do tempo, o lado positivo da administração portuguesa quando comparada com a desorganização vigente na atuação da burocracia angolana. Confrontavam-se os excessos de reuniões e de discursos nessa, uma grande capacidade de apenas teorizar, com o pouco resultado prático destes esforços: era o mal da "reunite". Tal era a morosidade, por parte da administração, na tomada de resoluções, que essas só chegavam quando delas não mais se necessitava (PEPETELA, 1985: 21, 45-7, 131-8.). Esta ineficiência chocava-se com o ideal de racionalidade administrativa que se esperava do Estado socialista constituído.

O próprio presidente Agostinho Neto parecia já antever essa situação, quando afirmara que a mentalidade burocrática portava-se como refratária ao debate, na medida em que alguns funcionários qualificavam as demandas populares por um melhor serviço público como um desrespeito à ordem vigente ou uma atitude "*contra-revolucionária*". Julgavam-se acima do controle popular e isentos de prestar esclarecimentos sobre os seus atos, mesmo quando sobre eles pesassem algum dolo ou falta. Quando alguma petição lhes desagradava, atravancavam o processo, fazendo-a mofar nas gavetas. O poder burocrático era invisível, mas poderoso e mesmo autoritário (ÁFRICA, 1986:35; PEPETELA, 1985:20-1, 46; KORWIN-KOWALEWSKA:8).

No início da década de 1990, é evidente, para o narrador de *O desejo de Kianda*, haver desperdícios nos gastos públicos realizados por burocratas ligados ao MPLA, informando que o Estado angolano, no período de prevalência do marxismo-leninismo, ante a má administração de algumas empresas estatais, tinha que injetar constantemente subsídios "para evitar a falência" (PEPETELA, 1995:30).

Pepetela, mesmo que não explicitasse, parecia perceber que a burocracia possuía uma compreensão do poder completamente diferente da que deveria ser vigente em um socialismo democrático. A lógica do poder burocrático era "descendente e não ascendente, secreta e não pública, hierarquizada e não autônoma, tendente ao imobilismo e não dinâmica, conservadora e não inovadora" (BOBBIO, 1983:72). Muitas vezes, agia com a mesma arrogância e arbítrio utilizados pelos antigos administradores coloniais.

Em *O Cão e os Caluandas*, se expressa a existência de um repúdio ainda surdo a esse tipo de autoritarismo, mais visível para os atentos às pessoas que desligavam ou diminuía o som da televisão ante a imagem de um burocrata ou aos que acusavam a burocracia de não trabalhar verdadeiramente. As práticas dessa geravam um repúdio popular não apenas a este segmento social, mas também ao "socialismo" tal como se instituía. Algumas críticas, sinalizando o desencanto de militantes com a condução da coisa pública, crescem em validade, por serem provenientes não de inimigos do sistema socialista, mas de um escritor ligado ao MPLA (PEPETELA, 1985:46-90). A nação socialista imaginada estava ameaçada de desandar em um burocratismo despótico, corrupto, e nepotista.

O absentéismo ao trabalho de setores do funcionalismo nas repartições públicas é denunciado pelo narrador de *O desejo de Kianda*, expondo o desprante de um dos protagonistas, ausentar-se da labuta, às vezes, vários dias, chegando em caso extremo, há um mês, sem nenhuma punição. Mesmo que aí haja uma narração caricata, o escritor parece aventar faltas e faltas injustificadas no setor público.

Na África Subsahariana, há uma forte tendência de formação de clientelas. A burocracia reservava, de forma privilegiada, primeiro a si, a seus amigos e parentes, os bens escassos nesta sociedade subdesenvolvida e sofrida pelos efeitos da guerra: consagrava-se o pistolão ou a cunha, como dizem os lusitanos. Desencontrava-se dos ideais socialistas ter de se possuir um parente "*na nomenclatura dos dirigentes*" para conseguir ser atendido, pelos burocratas, de forma mais eficiente. Até na área educacional, buscavam os privilégios, já que conseguiam mais facilmente bolsas para os filhos seus ou de amigos e parentes estudarem no exterior (RUI, 1984:16, 51-2; PEPETELA, 1985:19-20; SANTOS, 1984:20-1; EXPRESSO, 10/9/1983:35; BAYART, ELLIS, HIBOU, 1997:21).

No início da década de 1990, Pepetela expressava uma condenação aos cargos públicos obtidos através de conhecimentos e "pistolões" dentro da burocracia. As relações clientelísticas eram relações de poder que, muitas vezes, desmoralizavam as autoridades hierárquicas das empresas estatais. Como um Diretor de repartição poderia demitir um constante absentéista ao trabalho, parente de um membro do Comitê Central, se ele, Diretor, era subordinado a um Ministro, membro deste mesmo Comitê e, portanto, com prováveis bons relacionamentos com o protetor do funcionário

irresponsável (PEPETELA, 1995:9, 30)? Isso estrangulava no exercício de uma boa gestão.

Em suma, *O desejo de Kianda* e *O Cão e os Caluandas*, em especial, denunciavam que os elementos provenientes de diversas hierarquias sociais, de acordo com os seus meios e poderes, utilizavam-se de seus cargos para adquirir bens advindos da corrupção, da apropriação do público pelo privado, da criminalização do Estado (BAYART, 1997:13)

No período de transição do socialismo angolano para economia de mercado, os personagens de *O Desejo de Kianda* denunciavam como era frágil, na prática, o ideal de nação socialista entre membros da classe burocrática, da qual se devia esperar maior apego a esses propósitos. Assim, imaginava vários de seus componentes a se apropriarem de bens públicos a preços irrisórios, a utilizarem sua posição no aparelho estatal, para conseguir que setores públicos realizassem serviços para suas empresas e a se aproveitarem dos conhecimentos pessoais, adquiridos na gestão da coisa pública ou partidária, para obter vantagens nos seus empreendimentos particulares. Se seu personagem Carmina é emblemático, uma parte da nova burguesia emergente em Angola, na passagem da década de 1980 para a seguinte, provinha dos antigos burocratas do Partido ou do Estado, mesmo se alguns deles ainda tivessem pruridos em serem classificados como “capitalistas”. Já não se via oposição entre o exercício de cargos no aparelho estatal e a prática de empreendimentos a título privado na “bem-vinda” economia de mercado. Desse modo, a acumulação inicial de capital realizada por este germe de burguesia nacional fez-se então pela apropriação de parcelas do patrimônio estatal (PEPETELA, 1995:20-21, 23-26).

Enfim, em vários Estados da África Subsaariana, entre o fim da década de 1970 e a mobilização pela democratização, entre 1989 e 1992, há um aborto da transição democrática do partido único para o multipartidarismo, na medida em que equipes autoritárias existentes, ao abrigo de eleições concorrenciais, dão origem a regimes pouco democráticos, assistindo-se assim a reprodução do autoritarismo pós-colonial, bem como, às vezes, a intensificação da criminalização do Estado. Mas, esses fatos, deixemos para outra ocasião, com mais vagar, quando retomarmos as páginas de *Predadores*, editado em 2005, no qual o intelectual benguelense, Pepetela narra, cada vez mais jocosamente, sobre as impunidades, as malversações, o fétido de alguns círculos da burocracia e da nova burguesia emergente no pós-socialismo, material de seus anti-heróis, ainda pululantes, em Angola, no início desse terceiro milênio (BAYART, ELIS, HIBOU, p. 21-2; PEPETELA, 2008).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ÁFRICA, 1986, 2ª série 9(13), abr./jun..

ALVES, Nito. 1976. **Memória da longa resistência popular**. Lisboa: África Editora.

BAYART, Jean-François, ELLIS, Stephen; HIBOU, Béatrice. 1997. De l'Etat kleptocrate à l'État malfaiter? In: BAYART, Jean-François, ELLIS, Stephen; HIBOU, Béatrice. **La criminalisation de l' État en Afrique**. Bruxelas, Éditions Complexe, p. 17-25, p. 19-2;

BAYART, Jean-François. 1997. Présentation In: BAYART, Jean-François, ELLIS, Stephen; HIBOU, Béatrice. **La criminalisation de l' État en Afrique**. Bruxelas, Éditions Complexe, p. 9-15, p. 9.

BOBBIO, Norberto. 1983. **Qual Socialismo?** Discussão de uma alternativa. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CARREIRA, Shirley. 2001. A Maggot: a ficção como leitura alternativa do passado histórico. **Sincronia**. A Journal for the Humanities and Social Sciences. Department of Literature. University of Guadalajara (Mexico), winter-invierno. Disponível em <<http://sincronia.cucsh.udg.mx/maggot.htm>> Acesso em: 09/09/2008.

EXPRESS Internacional, 7/11/1981.

ESPRESSO, 10/9/1983.

KORWIN-KOWALEWSKA, Anna. **O “Cão e os Calús” de Pepetela: o papel dos símbolos no processo das interações sociais**. s.n.t. (mimeo).

LABAN, Michel. s. d. **Angola. Encontro com Escritores**. 2 vols. Porto, Fundação Engenheiro Antônio de Almeida.

LARA, Lucio. *Entretien*. **Afrique/Asie**. Paris, Societé d'Éditions Afrique, Asie, Amerique Latine (S.A.R.L.), (164): VIII-XIII, 26 juin au 9 juillet 1978, p. XIII.

MATA, Inocência L. S.. 1990. **A nova escrita africana de língua portuguesa: a representação satírica do real**. Comunicação ao Décimo-Primeiro Congresso de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 30 jul./ 3 ago. 17 p.

MELO, João de. 1985. **Definição**. Luanda: União dos Escritores Angolanos.

MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa de & ALVES, Gabriela Santos. 2003. Os desafios teóricos da história e a literatura. **História Hoje**. Revista Eletrônica de História. São

Paulo, v. 1, n. 2, dez.. Disponível: <[http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/ vol1n2/historialiterat.htm](http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol1n2/historialiterat.htm)> Acesso: 7 out. 2008.

PEPETELA, 1985. **O cão e os Caluandas**. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

PEPETELA, **Mayombe**. 1982. São Paulo: Ática, [1980].

PEPETELA. 1995. **O Desejo de Kianda**. Lisboa: Dom Quixote.

PEPETELA. 2008. **Predadores**, Rio de Janeiro: Língua Geral, [2005].

PEREZ, André. 19/8/1979. O mais importante é resolver o problema do povo (poema).

Jornal de Angola.

PONTOS **Essenciais dos Acordos de Bicesse**. s.d. Disponível em <http://www.padoxa.org/pag/Docs/acordos_bicesse.pdf> Acesso em 16 nov. 2008.

RAMOS, Rui. 10/09/1983. Angola: 4 anos depois de Neto. **Expresso**, p. 32-7.

SOMERVILLE, Keith. 1986. **Angola: politics economics and society**. Boulder (Colorado), Lynne Rienner Publishers Inc./London, Frances Pinter (Publishers)

RUI, Manuel. 1984. **Quem me dera ser onda**. Luanda: INALD.

SANTOS, Arnaldo. 1984. **Na Mbanza do Miranda**. Luanda: INALD.